

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de História

MARCUS VINICIUS MARTINS VIANNA

**A REVOLUÇÃO BOLIVIANA NAS PÁGINAS DE PORTO ALEGRE:
UMA ANÁLISE DOS NOTICIÁRIOS DO CORREIO DO POVO E DIÁRIO
DE NOTÍCIAS SOBRE O PROCESSO POLÍTICO BOLIVIANO (1951-1953).**

Porto Alegre, Novembro de 2008.

MARCUS VINICIUS MARTINS VIANNA

**A REVOLUÇÃO BOLIVIANA NAS PÁGINAS DE PORTO ALEGRE:
UMA ANÁLISE DOS NOTICIÁRIOS DO CORREIO DO POVO E DIÁRIO
DE NOTÍCIAS SOBRE O PROCESSO POLÍTICO BOLIVIANO (1951-1953).**

Trabalho apresentado como requisito para aprovação na atividade curricular de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Orientadora: Profa. Claudia Wasserman

Porto Alegre

2008

AGRADECIMENTOS

Felizmente nunca estive sozinho. Um dos grandes aprendizados da vida é aprender a reconhecer e agradecer as pessoas que nos ajudam a nos perceber enquanto indivíduos. O mundo atual comandado pelo individualismo e a ganância não têm como senso comum a importância de duas palavras: Solidariedade e Obrigado. Eu tento dar significado para elas agradecendo as pessoas que me ajudaram a ir em frente.

Gostaria de fazer uma menção especial a Professora Cláudia Wasserman por me apoiar no desafio da construção deste trabalho.

Um grande obrigado a todos meus amigos e camaradas, mas especialmente para Bernardo, Fernanda e Israel que me ajudaram de diferentes formas na realização deste trabalho. A minha irmã Carla, que sem ela tudo ficaria mais cinza e difícil e a minha Mãe. Mas uma pessoa certamente não poderia esquecer, Camila pelo seu companheirismo, carinho e apoio intelectual.

Por fim, agradeço a todos que comigo lutaram um dia.

RESUMO

Esta monografia aborda a cobertura dos dois principais jornais do Rio Grande do Sul, Correio do Povo e Diário de Notícias, sobre o processo revolucionário ocorrido na Bolívia em 1952. Analisa a história dos veículos de comunicação e sua relação com a política brasileira da época. Aprofunda uma análise da Bolívia antes da revolução, bem como mostra através das matérias publicadas nos jornais trabalhados, o processo político boliviano do início dos anos 1950, refletindo não só sobre o conteúdo, como também quanto à forma desta apresentação por parte da imprensa gaúcha.

PALAVRAS-CHAVE: Revolução Boliviana, Imprensa, História da Bolívia, Ideologia.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	05
2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA	07
2.1 Relação entre Imprensa e História	07
2.1.1 Governo Getúlio Vargas (1951-1954) e as disputas da imprensa	10
2.1.2 Um pouco de história do Correio do Povo e do Diário de Notícias	15
2.2 Bolívia: rumo a uma revolução	16
2.2.1 O Processo Político Boliviano no Correio do Povo e no Diário de Notícias	22
2.2.2 As Eleições de 1951 e a subida ao Poder da Junta Militar	23
2.2.3 A Revolução Boliviana	30
2.2.4 A Nacionalização das Minas	36
2.2.5 A Reforma Agrária	37
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

1 INTRODUÇÃO

A América Latina é um legado da dominação colonial. Nossa fisionomia particular provém de um cadinho de culturas e civilizações que se amalgamaram através do caos de uma destruição gigantesca da América indígena e na África negra, sob o domínio político, econômico e ideológico da Europa Ocidental. Provavelmente não existe desafio mais difícil para o historiador que esquadrihar a complexidade das fusões e das mudanças, nos modelos culturais que estiveram em jogo. (CARDOSO, C.; BRIGNOLI, H, 1984, p. 9).

Vivemos no Brasil, um país continental, em que parece razoável, e até louvável, que nos dediquemos em entender e estudar os problemas brasileiros e suas diferentes facetas regionais. Mas essa é apenas uma parte da história, e não podemos nos voltar somente para ela. Mas quando pensamos a realidade internacional, na grande maioria dos casos, nos detemos aos exemplos europeus ou do norte da América, sem observar o espaço latino-americano no qual estamos inseridos.

E o que perdemos com isso? Acredito que perdemos, no mínimo, a oportunidade de pensar e aprender com as experiências dos países e das populações latino-americanas que, assim como a nossa, têm suas trajetórias históricas marcadas pela dominação cultural, econômica e política, primeiro representada pela influência do velho colonialismo português e espanhol, depois pela influência britânica, e hoje, em tempos de globalização, pela norte-americana.

Vimos, em um passado muito recente, uma série de movimentos populares na busca pela ruptura com essa trágica história de exploração e subdesenvolvimento das sociedades latino americanas. Podemos citar a luta do povo boliviano pela não privatização de sua água (2000) – um bem natural e essencial à vida – que estava prestes a se transformar em mais um meio de lucro para as grandes multinacionais. Podemos lembrar da recente “Guerra do Gás” (2003), também protagonizada pelo povo boliviano contra os interesses do grande capital, ou ainda do atual conflito deflagrado dentro deste país, entre o governo e as tendências separatistas da direita da província de Santa Cruz.

Nos últimos anos a Bolívia, tal qual a Venezuela, vem sendo palco de ações de movimentos sociais, tanto do campo como das cidades, em busca de um novo modelo político e econômico que passe pelo fim da dominação neoliberal e uma revalorização tanto das culturas originárias (indígenas), bem como de suas riquezas naturais (petróleo e gás natural). Este processo político atual, nos seus momentos de maior intensidade, vem conquistando as páginas dos jornais de grande circulação pelo Brasil afora, bem como ganhando uma grande

importância em veículos de informação de massa como a televisão e seus telejornais. Mas afinal, que visão de história transmitem estes veículos de comunicação? Na maior parte dos casos apresenta a Bolívia de uma forma superficial e unilateral, apenas marcada historicamente por sua miséria e pela ineficácia de sua classe dominante em implementar um modelo de desenvolvimento capitalista semelhante aos países centrais da América do Sul, que inclui o Brasil.

Por acreditarmos na importância de compreender historicamente a América Latina, inclusive para conseguir visualizá-la com clareza na atualidade, analisaremos outro momento de choques de projetos políticos e de mobilizações populares: a chamada “Revolução Boliviana de 1952”. Buscaremos compreender este momento histórico a partir da análise dos noticiários da imprensa gaúcha, estudando os jornais “Correio do Povo” e “Diário de Notícias”. Afinal, como o processo político revolucionário daquele país ganhou espaço nas capas dos jornais da época? Como foram mostrados não só os projetos políticos, mas sobretudo os atores históricos que lutaram nas ruas pela concretização de mudanças drásticas da sociedade boliviana?

Para responder a estas e outras perguntas o trabalho está organizado de forma que o leitor possa entender as fases de elaboração e reflexão sobre a análise do noticiário dos jornais de Porto Alegre, o Correio do Povo e o Diário de Notícias, sobre o processo político boliviano do início dos anos 1950. No primeiro capítulo estabeleço uma relação teórica entre a imprensa e a História, refletindo sobre a realidade brasileira do período e a influência desta na imprensa, mais especificamente nos jornais trabalhados. Os antecedentes históricos ao período abarcado pelas fontes jornalísticas são fundamentais para compreender as contradições do processo revolucionário boliviano, por isso este tema está desenvolvido no segundo capítulo. Por fim, me dedico à análise das matérias publicadas nos jornais analisados sobre os diferentes acontecimentos bolivianos do período, começando pelas matérias referentes as eleições bolivianas de 1951 e o posterior golpe de Estado dos militares, chegando até os acontecimentos revolucionários de abril de 1952 que levaram ao poder o presidente Victor Paz Estenssoro e a aplicação de mudanças políticas estruturais .

2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo consta a revisão de literatura dos assuntos a serem abordados no presente trabalho. A contextualização dos assuntos utilizados será baseada primeiramente na relação da imprensa com o momento histórico da revolução boliviana de 1952, analisando o contexto histórico do governo Vargas e as disputas da imprensa, bem como um pouco da história do Correio do Povo e do Diário de Notícias. Depois será feita uma análise do processo revolucionário na Bolívia em 1952 e a cobertura nos referidos jornais.

Foi escolhida essa divisão, em seções e subseções, para melhorar o desenvolvimento dos assuntos tratados.

2.1 Relação entre Imprensa e História

O desafio deste trabalho é analisar historicamente o noticiário de dois jornais de Porto Alegre (Correio do Povo e Diário de Notícias) sobre um processo político internacional: a Revolução Boliviana de 1952. Para isso é importante nos defrontarmos de maneira crítica com a imprensa como fonte histórica, conforme analisa a historiadora Maria Helena Capelato:

A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo deste pressuposto, o historiador procura estudá-la como agente da história e captar o movimento vivo das idéias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. A categoria abstrata *imprensa* se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social. (CAPELATO, 1988, p. 21)

Uma vez que os produtores dos jornais são sujeitos dotados de consciência na prática social, a imprensa só pode ser utilizada como fonte histórica a partir de uma reflexão teórica sobre a sua inserção na sociedade. Não existe nenhum tipo de imprensa imparcial, embora vários jornais e demais meios de comunicação se orgulhem do contrário. Neste debate teórico, por muito tempo, foi padrão entre os historiadores tomar a parcialidade da imprensa como pressuposto, o que impedia que ela fosse encarada como uma fonte histórica confiável. Com o

passar do tempo, as novas gerações de historiadores, sobretudo aqueles que criticavam a historiografia tradicional factual, tomaram como pressuposto teórico e metodológico a idéia de que o central para o pesquisador era ter um olhar crítico sobre qualquer fonte, porque, mesmo os documentos oficiais, não são necessariamente fontes “seguras” para o historiador.

É em função da vida que se interroga os mortos. Compete, pois, ao historiador fazer reviver as personagens do passado, procurando entendê-las na sua época. Com essa nova postura, a História morta cede lugar a uma história viva que se propõe, como meta, captar as transformações dos homens no tempo. A imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos, permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os “ilustres” mas também os sujeitos anônimos. (CAPELATO, 1988, p. 20)

Atualmente, a historiografia considera como pressuposto que toda fonte histórica deve ser questionada. Estes questionamentos devem existir porque nenhum tipo de documento se constrói em uma situação ausente de conflitos e disputas. A partir destas reflexões, a imprensa passou a ser repensada como fonte e objeto da história. A questão tornou-se: que perguntas podemos fazer para a fonte histórica imprensa para que possamos ter outro olhar sobre o passado histórico? Devido a isso, quando pesquisamos em um jornal, devemos ter em mente como este se insere na sociedade, quem são os seus editores, os seus proprietários, quais os seus objetivos e qual é sua linha editorial. A historiadora Maria Helena Capelato, na obra já referida, aponta o caráter ideológico inerente à imprensa, bem como a sua movimentação para a conquista de público:

Todos os jornais procuram atrair o público e conquistar seus corações e mentes. A meta é sempre conseguir adeptos para uma causa, seja ela empresarial ou política, e os artificios utilizados para esse fim são múltiplos. Na grande imprensa, onde se mesclam interesses políticos e de lucro, os recursos para a sedução do público são indispensáveis. A concorrência de mercado obriga cada jornal a enfrentar os adversários com as armas mais apropriadas à clientela que pretende atingir. (CAPELATO, 1988, p. 94)

Numa sociedade democrática o fato de os atos dos governos e a disputa política serem estatuariamente públicos transformou a imprensa no principal mecanismo de divulgação e de debate sobre as disputas sociais e políticas, assim como tornou mais complexa a reflexão sobre o papel desta na sociedade. A imprensa tem como papel a transmissão dos fatos que devem ser públicos para os diferentes setores da sociedade. Entretanto, na maioria dos casos, as empresas de comunicação são conformadas por empresas privadas, portanto, com ideologias próprias de uma classe social. Assim sendo, alguns veículos de comunicação são

detentores do grande poder de selecionar os fatos, ou melhor, as notícias que devem estar impressas nos jornais, o que vem a representar um grande mecanismo de intervenção nas disputas políticas da sociedade. Ou seja, um dos pilares da existência da democracia, que é a veiculação dos fatos políticos, na maioria absoluta dos casos, se encontra sobre o controle das empresas de comunicação.

Tendo os jornais o papel de divulgar e emitir opiniões, outro dado importante é que eles se inserem em um marco de disputa ideológica da sociedade. Um conceito de ideologia importante é o elaborado por Marilena Chauí:

A ideologia consiste precisamente na transformação das idéias da classe dominante em idéias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social e político) também domina no plano espiritual (das idéias). (CHAUÍ, 1989, p. 94)

Afinal como esse processo ocorre? Neste ponto temos que lembrar que a sociedade é dividida em classes sociais devido à forma como cada indivíduo se relaciona com os meios de produção em determinado tempo e em determinada sociedade, criando setores sociais distintos, ou melhor, como escreve Marilena Chauí:

As classes sociais não são coisas nem idéias, mas são relações sociais determinadas pelo modo como os homens, na produção de suas condições materiais de existência, se dividem no trabalho, instaurando formas determinadas da propriedade... As classes sociais são o fazer-se classe dos indivíduos em suas atividades econômicas, políticas e culturais. (CHAUÍ, 1989, p. 53)

Em uma sociedade capitalista, a dinâmica de acumulação de riqueza nas mãos de um grupo cada vez mais restrito de indivíduos deixa a dinâmica social às voltas da luta entre duas classes sociais distintas: de um lado a burguesia e, de outro, a maioria da sociedade, a classe trabalhadora. A grande imprensa no século XX se conformou em um dos mecanismos de divulgação dos fatos ou notícias da sociedade. Sendo esta mesma sociedade controlada por burgueses, a imprensa veio a transformar-se em um instrumento burguês de divulgação das suas opiniões e de seus interesses, ou seja, a imprensa fez parte do processo de fazer-se classe dos burgueses no sentido de suas atividades políticas e culturais. Como apontam Marx e Engels, na obra clássica *A Ideologia Alemã*, a relação entre a imprensa e ideologia da classe dominante existe porque,

Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência e, conseqüentemente pensam; na medida em que dominam como classe e determinam uma época histórica em toda a sua extensão, é evidente que esses indivíduos dominam em todos os sentidos e que têm uma posição dominante, entre outras coisas também como seres pensantes, como produtores de idéias, que regulamentam a produção e a distribuição dos pensamentos de sua época; suas idéias são portanto as idéias dominantes de sua época. (MARX, K.; ENGELS, F., 1998, p.49)

Existem importantes debates sobre o processo de construção das idéias hegemônicas na sociedade. Inclusive entre os autores marxistas houve diferentes abordagens com o passar do tempo. Isto ocorreu porque com a organização cada vez mais ampliada do movimento operário e socialista no século XX, vários autores marxistas pautaram a necessidade de que parte da luta social seria também a disputa no campo das idéias, disputando com as idéias plantadas pela burguesia e que eram a base ideológica de sua dominação social. Lênin, por exemplo, se referia a ideologia socialista como sinônimo de marxismo. Para ele, a ideologia socialista representava a consciência verdadeira da sociedade.

Ao analisarmos as notícias de um grande jornal como fonte histórica, é importante considerarmos que as disputas ideológicas encontradas nas páginas dos jornais ocorrem de duas formas: a primeira seria a ocultação de fatos históricos do cotidiano, que seriam importantes para a formação de outros pontos de vista, contrários aos do jornal; a segunda seria o destaque demasiado a determinados assuntos e acontecimentos. A imprensa, deste modo, constrói um contexto político e social para os seus leitores, um contexto pautado por ocultações e também valorizações demasiadas de determinados acontecimentos, como tão bem sintetizou Fraga:

Desta forma, entendemos que os grandes jornais, compreendidos enquanto instrumentos de manipulação e intervenção, atuam dentro de uma lógica de ocultação e imposição de perspectivas sobre a realidade. Buscam a uniformização do pensamento através da atribuição de valores e adjetivações àquilo que é mostrado, operando não somente na criação de fatos para a opinião pública, mas também de interpretações sobre o mundo. (FRAGA, 2004, p.13)

2.1.1 Governo Getúlio Vargas (1951-1954) e as disputas da Imprensa

Neste trabalho é fundamental estabelecermos o contexto histórico brasileiro do momento a ser debatido aqui. No ano de 1950, aconteceu a eleição que decidiu pela volta de

Getúlio Vargas à presidência da República do Brasil. Segundo o historiador Boris Fausto (2004), “Getúlio baseou sua campanha na defesa da industrialização e na necessidade de se ampliar a legislação trabalhista”. Apoiando seu discurso em causas que tocavam diretamente aos anseios populares, Getúlio derrotou o candidato da União Democrática Nacional (UDN), Brigadeiro Eduardo Gomes. O governo que começou em 1951 foi marcado por uma intensa polarização política, que tinha seus reflexos na imprensa brasileira. Como aponta Nelson Werneck Sodré:

Os antagonismos políticos tornaram-se agudos e refletiam-se claramente na imprensa. Vargas não tinha condições, pela mudança dos tempos, para subornar a grande imprensa, como se fizera antes no Brasil, e Campos Sales confessara com tanta simplicidade. Mas era já rotina a abertura de generosos créditos a empresas jornalísticas, nos estabelecimentos bancários e previdenciários do Estado. (SODRÉ, 1983, p. 398)

O segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) do ponto de vista econômico pode ser caracterizado por aplicar uma política nacionalista, mas tendo como objetivo, a atração de capitais externos. Sobretudo aproveitando-se da situação internacional do pós-guerra. Para a realização deste projeto de desenvolvimento nacionalista, era central a atuação do Estado como impulsionador da economia. Devido a isso, foram criados dois órgãos governamentais importantes, como relata Boris Fausto:

O planejamento, numa perspectiva nacionalista, ficou nas mãos de um novo órgão, a Assessoria Econômica, diretamente vinculada à Presidência, sob a chefia de Rômulo de Almeida. Em fevereiro de 1952, foi fundado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BDNE) – mais tarde BNDES...(FAUSTO, 2006, p. 170)

Outro ponto importante para a política econômica de Getúlio Vargas foi a elaboração pelo Ministério da Fazenda, que estava nas mãos de Horácio Lafer, de um plano econômico que abarcava uma série de projetos para a modernização da indústria de base e da infraestrutura do país. Existiam projetos para a criação de novas fontes de energia elétrica, a expansão da indústria de base, a modernização dos transportes, a ampliação dos serviços portuários e a introdução de novas técnicas na agricultura. Tudo isso contando com a ajuda financeira dos Estados Unidos.

O projeto de criação da Petrobrás foi enviado ao congresso em 1951 e foi aprovado apenas em 1953. Tal projeto é chave para pensarmos a forma como se encaminhava o tipo de desenvolvimento nacionalista de Getúlio Vargas. O projeto original do Governo não previa o

monopólio estatal do petróleo, contrastando com a campanha do “Petróleo é nosso”. Depois de intensas mobilizações populares e da contraditória defesa da UDN, o monopólio estatal do petróleo fez parte do projeto final de criação da Petrobrás. Outro projeto elaborado foi o da criação da Eletrobrás para atacar o problema energético do país, projeto este que foi aprovado apenas em 1961.

Sobre o ponto de vista da relação do governo de Getúlio Vargas com a classe trabalhadora, podemos apontar que esta de fato fazia parte do leque de apoio do governo. Para definirmos isso, podemos apontar que Getúlio Vargas foi eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que tinha como principal base de apoio os trabalhadores urbanos. Assim como, através do Ministério do Trabalho – inicialmente através da figura de Danton Coelho, e depois por João Goulart –, foi encaminhada uma política de fortalecimento dos sindicatos, através de campanhas de sindicalização em massa dos trabalhadores nessas entidades.

Houve neste período uma política de aumento do salário mínimo por parte do governo. Outro aspecto deste período é que a classe trabalhadora passa a fazer parte do regime político brasileiro, tanto como agente de mobilizações para as conquistas de melhorias nas condições de vida para a maioria do povo brasileiro, mas também como setor social a ser conquistado como aliado de projetos capitaneados pelos partidos políticos tradicionais, ou políticos como o próprio presidente Getúlio Vargas. Esse processo não impediu que ocorressem inúmeras greves em que existia a intermediação do Ministério do Trabalho. Uma questão importante foi o fim da exigência do atestado de ideologia para as eleições sindicais, fato que possibilitou a reorganização do PCB no movimento operário.

O regime político no governo de Getúlio Vargas foi marcado pela existência de um governo composto em sua maioria por ministros do PSD, partido composto claramente por setores conservadores da sociedade, empresários e pelo PTB, que contava somente com o Ministério do Trabalho. A oposição era realizada de uma maneira radical pela UDN, pois esta levava a cabo uma política direitista com fortes marcas golpistas. A UDN defendia que o Estado deveria atuar menos na economia e que a prioridade da política interna e externa deveria ser um bloco político com o governo dos Estados Unidos, para assim, derrotar a União Soviética e a “ameaça” do comunismo. Os grandes jornais brasileiros, que neste momento já se caracterizavam como grandes empresas jornalísticas, participaram ativamente deste processo:

Apesar da política de conciliação e das concessões feitas ao imperialismo por Vargas – particularmente sua omissão quando da liquidação policial do

grupo nacionalista militar – tornava-se urgente debilitá-lo para que cedesse tudo ou, em último caso, fosse destituído do governo. A campanha de 1951 a 1952 visara o grupo militar; tratava-se agora de liquidar a imprensa que o apoiara, representada quase que tão somente pelo vespertino officioso *Última Hora*. Toda a imprensa concentrou-se, então, em demonstrar o óbvio: que esse jornal só se tornara possível pela concessão de grandes empréstimos nos estabelecimentos oficiais de crédito. (SODRÉ, 1983, p. 401)

O Brasil no início dos anos 1950 se dividiu politicamente numa polêmica central: como o país deveria se inserir naquele novo momento mundial do pós-Segunda Guerra Mundial? Existiram dois caminhos: um apontado por Getúlio Vargas, que pautava a necessidade de um desenvolvimento nacional baseado no aprofundamento da industrialização e urbanização do Brasil, projeto nacionalista que, entretanto, destinou ao país a necessidade de ficar sobre a esfera de influência americana, bem como de contar com financiamentos externos provindos daquele país. O outro projeto político do momento foi sustentado pela UDN e defendia que o desenvolvimento da economia nacional deveria se dar sem uma grande participação estatal, vide a polêmica criação da Petrobrás. Outro fato político deste período foi a crescente polarização ideológica nas Forças Armadas, com o surgimento de dois blocos: de um lado, os “Nacionalistas” e de outro, os “Entreguistas”. Como observou Néelson Werneck Sodré, na citação anterior, a oposição a Getúlio Vargas se dedicou em enfraquecer os setores militares que se identificavam com as propostas nacionalistas nos anos de 1951-1952.

Em 1953 começou um processo político de grandes proporções nacionais, o chamado caso “Última Hora”, que inclusive ajudou a definir o fim do governo de Getúlio Vargas. O jornal *Última Hora* foi fundado pelo jornalista Samuel Wainer em 1951. Este jornalista, em 1949, realizou uma célebre entrevista com Getúlio Vargas, publicada por *O Jornal*, pertencente à rede dos Diários Associados de Assis Chateaubriand. Naquele momento, Vargas estava longe do centro da política brasileira, e a repercussão desta entrevista, na qual Getúlio afirmou que retornaria à política, recolocou Getúlio Vargas no cenário político, alavancando a sua candidatura, que viria a ser vitoriosa em 1950. Em 1951 começou a trajetória do jornal que tinha como norte da política editorial a defesa das propostas políticas e econômicas nacionalistas, sendo assim, o apoio ao Governo Vargas. Eis como começa um confronto político entre este jornal e os demais.

A maioria das grandes empresas jornalísticas não apoiou de forma alguma o retorno de Vargas ao poder. Os motivos mais reconhecidos eram os tempos do Estado Novo, em que a imprensa saiu muito prejudicada com a censura governamental. O principal jornal que capitaneou a oposição ao governo de Getúlio Vargas foi a *Tribuna da Imprensa*. Este jornal

carioca comandado pelo jornalista Carlos Lacerda dedicava os maiores esforços para criticar os rumos do governo. Foi Carlos Lacerda, a partir das páginas da Tribuna Imprensa, que comandou a campanha política contra o Governo Vargas e o Jornal Última Hora. Lacerda denunciou os altos empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil para a criação do jornal Última Hora. As denúncias tinham como objetivo demonstrar que o jornal de Samuel Wainer era obra de um governo corrupto em busca de aliados na grande imprensa. A verdade é que o jornal Última Hora foi inovador tanto em seu perfil gráfico, foi um dos primeiros do Brasil a terem as suas páginas diagramadas, bem como possuía uma forma editorial mais leve e atrativa para o grande público e, além disso, apoiava as medidas nacionalistas do governo de Getúlio Vargas. Mas o fato é que as manobras financeiras que possibilitaram o surgimento do jornal de Samuel Wainer eram comuns naquela época. Como aponta Ana Maria de Abreu Laurenza na obra organizada por Tânia Regina de Luca:

Essa operação de financiamento do jornal *Última Hora* não se diferenciava de outras engendradas na formação de novos grupos editoriais desde a República Velha. Os débitos dessas empresas com autarquias ou banco oficiais estavam cuidadosamente datilografados na lista mantida pelo presidente Vargas.

O dinheiro oficial, não necessariamente proveniente das despesas de publicidade dos atos do governo, era distribuído entre jornais, emissoras de rádio, editoras de livros e revistas, produtoras de filmes. Os três primeiros colocados no *ranking*, como já se viu, eram Chateaubriand, Wainer e Roberto Marinho. (LAURENZA, 2006. p. 192)

Por fim, este caso do jornal Última Hora foi transformado em CPI no Congresso Nacional e no centro do debate político da imprensa da época. A maioria das grandes empresas jornalísticas fechou questão em torno do denunciamento de Lacerda e da política oposicionista da UDN. O fim trágico do governo e da vida de Getúlio Vargas em agosto de 1954 se deve muito a esta questão. No início de agosto de 1954, ocorreu o lendário “Atentado da Rua Toneleros”, em que Carlos Lacerda foi alvejado a tiros, mas saiu com vida, enquanto o major da Aeronáutica Rubem Florentino Vaz, que fazia sua segurança, morreu. Este atentado foi apurado na época e algumas evidências chegaram à participação do chefe da guarda pessoal de Vargas, Gregório Fortunato. Com isso, Carlos Lacerda utilizou todos os espaços possíveis do seu jornal Tribuna da Imprensa para exigir a renúncia de Getúlio Vargas.

A opinião pública se dividiu, mas Getúlio Vargas preferiu o suicídio e a divulgação de uma carta testamento, que serviu de base política para a continuidade do PTB. Assim, podemos perceber o alcance político que a imprensa brasileira teve naquele início dos anos 1950.

2.1.2 Um pouco de história do Correio do Povo e Diário de Notícias

Será cotejando o panorama da relação entre a imprensa e a política brasileira que entraremos em contato com as páginas dos jornais Correio do Povo e Diário de Notícias. O Correio do Povo foi fundado por Caldas Júnior em 1895. Neste período, o Rio Grande do Sul recém havia saído da Revolução Federalista (1893-1895), e segundo Rüdiger:

A conjuntura era propícia para esse tipo de proposta. O Estado estava saindo de uma luta civil que durara quase três anos e dividira profundamente a sociedade gaúcha, havendo um clima favorável para o surgimento de um jornal não comprometido com a política, mas somente com a causa pública. (RÜDIGER:1998, p. 58)

A imagem que se construiu do novo noticioso é de que seria um jornal feito para toda massa, sem distinção partidária, mas a grande novidade que permitiu o crescimento do Correio do Povo foi a iniciativa de estruturar o jornal como uma empresa jornalística. Na época, a maioria dos jornais tinha vínculos com alguma organização política, e suas sustentações financeiras, em última instância, dependiam disto. Caldas Júnior apostou na estruturação de uma empresa que abarcaria e ajudaria a desenvolver um mercado jornalístico no Rio Grande do Sul. É importante assinalar a preocupação com as decorrentes reformas gráficas e tecnológicas por que passou o Correio do Povo. A direção do jornal implementou uma política para ampliar a tiragem do jornal, que provocou altos investimentos em maquinário gráfico. Além disso, havia a preocupação com o design gráfico do jornal, mais especificamente, para que houvesse o aumento do número de anunciantes e compradores.

A história do Correio do Povo, bem como a do Diário de Notícias, não seria a mesma sem o advento do Estado Novo, decretado por Getúlio Vargas. Este, em 1937, decidiu pelo fechamento da imprensa partidária. Com isso, o modelo de imprensa de massas, baseado em empresas jornalísticas sem vinculação político-partidária, tornou-se dominante:

Caldas Júnior descobriu que o caráter político do jornalismo não precisava ser explícito, que havia uma mutação em curso nas necessidades do público e do próprio espectro deste público, estabelecendo novos termos para a concorrência no mercado de jornais. (RÜDIGER, 1998, p. 58)

O Diário de Notícias foi lançado em 1925, e a estratégia deste jornal também era o seu estabelecimento como uma empresa jornalística; tanto que o carro-chefe do jornal era o seu departamento comercial, que conseguiu um grande número de anunciantes. Em 1930, o Diário de Notícias é adquirido por Assis Chateaubriand. Este, através dos Diários e Emissoras Associadas, dava a dinâmica da modernização ao jornalismo gaúcho, enquanto indústria cultural, construindo conglomerados de comunicação que uniam jornais e emissoras de rádios pelo Brasil. Aqui no Rio Grande do Sul este processo ficou marcado pela compra, por parte dos Diários e Emissoras Associadas, das rádios Farroupilha (1943) e Difusora (1944).

O declínio do Diário de Notícias começou em 1954, quando a população de Porto Alegre, revoltada com o suicídio de Getúlio Vargas, protagonizou um quebra-quebra nas instalações do jornal. Acontecimento motivado pela campanha contra o governo de Getúlio realizada pelo jornal.

Para o estudo do Correio do Povo e do Diário de Notícias, com o objetivo de estudar o seu noticiário sobre os acontecimentos bolivianos dos anos de 1951-1953 será importante delimitar as semelhanças e diferenças que pautaram as linhas editoriais dentro do contexto brasileiro deste período.

2.2 Bolívia: Rumo a uma Revolução

Antes de tratarmos do processo político revolucionário boliviano do início da década de 1950, precisamos compreender o conceito de Revolução como um processo histórico de subversão da ordem, para o estabelecimento de um novo panorama político, econômico e social, e não como a simples tomada do poder do Estado pelos setores revolucionários. Ou melhor, como escreve Florestan Fernandes:

(...) a palavra “revolução” encontra empregos correntes para designar alterações contínuas ou súbitas que ocorrem na natureza ou na cultura (coisas que devemos deixar de lado e que os dicionários registram satisfatoriamente). No essencial, porém, há pouca confusão quanto ao seu significado central: mesmo na linguagem de senso comum sabe-se que a palavra se aplica para designar mudanças drásticas e violentas na estrutura da sociedade. Daí o contraste freqüente de “mudança gradual” e “mudança revolucionária”, que sublinha o teor da revolução como uma mudança que “mexe nas estruturas”, que subverte a ordem social imperante na sociedade. (FERNANDES, 1984, p.8)

Ao analisarmos os antecedentes históricos da Revolução Boliviana podemos perceber como um processo político é cercado por uma série de aspectos e contradições tanto políticas como econômicas e sociais, que podem levar décadas para se processarem inteiramente. A perspectiva de pensarmos uma revolução como um processo de curta duração pode nos levar a uma incompreensão histórica das disputas políticas e sociais concretas e seus tempos.

A Bolívia é um país marcado por um desenvolvimento econômico e político dependente. Mesmo depois da independência, a oligarquia que governou o país manteve praticamente a mesma estrutura econômica dos tempos do Domínio Espanhol. A mineração permaneceu como atividade econômica mais importante, com a diferença de que, nos tempos da dominação espanhola, a prata era o centro das atenções, e, no século XX, a Bolívia se transformou em um dos maiores produtores de estanho do mundo. Este metal tão importante para indústria ajudou a mover a economia boliviana, como antes havia acontecido com a prata. É sempre bom lembrarmos que a maior mina de prata do mundo, Potosi, localizava-se na Bolívia. Enfim, um país cheio de riquezas, mas também repleto de exemplos históricos de usurpadores, como o foram os espanhóis durante a existência do Império destes na América. No século XX, ocorreu um processo semelhante com as empresas capitalistas internacionais que atuavam na mineração do estanho, e não podemos esquecer do Sr. Patiño, dono de uma empresa mineradora e que, apesar de ser boliviano, atuava economicamente como se fosse dono de uma empresa multinacional, inclusive a sede de sua corporação não ficava na Bolívia, mas, sim, no exterior. Essas corporações mineiras eram representadas na política pela direita chamada de “Rosca”. Os membros da direita boliviana, em sua maioria, eram representantes dos grandes proprietários de terras, associados politicamente à oligarquia mineira. A direita boliviana atuava na política para estar à frente do Estado e, assim, manter a estrutura econômica marcada pelo latifúndio no campo e dependência frente às economias capitalistas centrais, em relação às empresas e ao mercado internacional do estanho e demais minérios.

Outro dado importante na história política da Bolívia são suas derrotas na política externa. Um exemplo do início do século XX ocorreu em 1903 no Tratado de Petrópolis, que oficializou a anexação do território do Acre pelo Brasil, resultando na perda do território do Acre para o Brasil em troca de uma compensação financeira de apenas dois milhões de Libras Esterlinas e da construção de uma estrada de ferro. No entanto, a mais importante derrota boliviana, ocorreu na Guerra do Chaco (1932-1935), uma vez que este litígio com o Paraguai também resultou aos bolivianos em perda de territórios. Sob a influência desta guerra, surgiram movimentos políticos que expressaram oposição à forma como a direita oligárquica

tocava os rumos políticos do país. A partir desta derrota, começou a ocorrer um importante processo de radicalização de setores da pequena burguesia e da classe média, sobretudo, de setores da jovem oficialidade do exército. Depois da Guerra do Chaco, a oligarquia boliviana entrou em um cenário de crise para a continuidade de sua dominação política e econômica, como aponta Canrobert Costa Neto:

Logo depois de consumado o desastre militar boliviano de 1932-1935, na remota região do Chaco, fronteira “petrolífera” dos países em guerra, a oligarquia mineiro-estaniífera/latifundiária entrou em irreversível crise de dominação, em relação à hegemonia exercida sobre o Estado Nacional, desde o início do século 20.

No referido período, a produção de estanho havia se transformado no ciclo principal da economia boliviana, incorporando, como já foi assinalado anteriormente, o sistema agrário da *hacienda* como atividade diretamente vinculada a seu esquema de reprodução. (COSTA NETO, C., 2005, p. 95)

Estes fenômenos são importantes para entendermos o que ocorre no processo político durante a década de 1940, principalmente, o governo de Villarroel que viria a se filiar ao Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). A partir da década de 1940, o processo político boliviano vai ser marcado pelo surgimento e pelo fortalecimento de partidos políticos que visavam ser a representação política das classes sociais descontentes com os sucessivos governos da oligarquia, como podemos acompanhar nas palavras de Canrobert Costa Neto:

Em 1940, são fundados o Partido de Esquerda Revolucionária (PIR), e o Partido Operário Revolucionário (POR). Enquanto o primeiro alinhava-se numa posição de identificação política com os postulados defendidos, via Internacional Comunista, com o oficialismo soviético hegemônico dos anos de 1930, o segundo era, na realidade, uma seção da recentemente criada IV Internacional trotsquista. (COSTA NETO, C., 2005, p. 95)

Outro partido político fundado neste período foi o MNR, que viria a ser a maior expressão política da oposição à oligarquia e tinha como base social original setores das classes médias urbanas e da jovem oficialidade do Exército, mas que, posteriormente, também buscou apoio entre os operários mineiros.

De certa forma, na esquerda boliviana se expressavam os debates políticos que dividiam a esquerda socialista internacionalmente naquele período. Com a singularidade de que na Bolívia, o POR, que era influenciado pelas idéias de Trotsky, teve um protagonismo político não alcançado por nenhum outro partido político de orientação trotskista em outro país da América Latina, talvez do mundo. Dentro deste marco, situamos a atuação do MNR,

partido político que conseguiu expressar a radicalização de setores da classe média boliviana contra a forma como os governos da direita oligárquica administravam o país, popularmente conhecidos como “a Rosca”. O MNR originalmente não tinha o peso político no movimento operário que o POR e PIR possuíam, mas, através da atuação de Juan Lechín, o MNR abraça também o movimento operário.

O governo do Tenente Coronel Gualberto Villarroel assume o poder através de um golpe militar, mecanismo político usual na História da Bolívia, em 20 de dezembro de 1943. Este golpe foi organizado por um grupo de jovens oficiais do exército que adotou o nome “Razão da Pátria” (RADEPA), que poucos dias depois contou com apoio do MNR (que foi fundado em 1942) e a participação de seu principal dirigente no governo de Villarroel, Victor Paz Estenssoro como Ministro da Fazenda.

Para o entendimento do jogo político que se desenvolveu durante a década de 1940 e resultou na Revolução de 1952 é central entendermos o que significou o governo de Villarroel e a sua relação com o contexto internacional da Segunda Guerra Mundial. O Governo Villarroel se pautou por uma parcial independência frente aos interesses do imperialismo norte-americano, e, devido ao fato do estanho boliviano ter uma grande importância para a economia dos Estados Unidos (EUA) em tempos de guerra contra o Eixo Nazi-fascista, qualquer política de independência causava motivos para questionamento dos EUA e de seus agentes políticos e econômicos. Devido a isso e também ao fato de alguns setores do governo e do MNR terem algum tipo de simpatia com o nazi-fascismo, ocorreu uma série de movimentações políticas que levaram à instabilidade do governo Villarroel.

Um ponto importante é que, dentro do movimento operário, também existiu a polêmica sobre o governo, enquanto setores de massa do movimento operário tinham alguma simpatia com as políticas de certa independência frente aos EUA, o PIR passa a atacar o governo, juntamente com os partidos da direita oligárquica, seguindo orientações ditadas pela URSS. Neste momento, os estalinistas internacionalmente tratam todos que não estão com os Aliados como inimigos do “comunismo”. Essa orientação na Bolívia leva os stalinistas do PIR a um grande isolamento dentro do movimento operário mineiro, porque o PIR fez unidade com os setores da direita oligárquica para derrubar Villarroel e obteve sucesso em 21 de julho de 1946. Neste dia, uma manifestação de massas organizada pela direita e pelo PIR derruba Villarroel e o enforca.

Um detalhe importante para tal processo político é que a maioria dos mineiros não aprovou este movimento e seguiram simpáticos à figura política de Villarroel, que, podemos afirmar, transforma-se em um mártir. No movimento mineiro o PIR vai cair em um

isolamento político abrindo espaço para a atuação dos militantes trotskistas do POR, já que neste momento, em 1946, o MNR não tinha grande influência política entre os mineiros.

Durante o período do governo de Villarroel (1943-1946), o movimento operário boliviano, principalmente os mineiros, entram em uma fase de crescimento das atividades sindicais e políticas. Ocorreu uma série de lutas e, sobretudo, são realizados congressos de trabalhadores mineiros que reúnem setores de vanguarda. Em 1944 é fundada a Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB) que assume um papel central na organização do movimento operário boliviano, na FSTMB; desde seu primeiro congresso Juan Lechín se afirma como um de seus principais dirigentes.

Em 1946, após a queda de Villarroel, temos uma virada política dentro do movimento mineiro. Em novembro de 1946, é realizado um congresso extraordinário da FSTMB que assume a responsabilidade de apontar o caminho da luta dos operários mineiros depois da queda do governo de Villarroel e do MNR e da decorrente volta da direita oligárquica ao poder. Neste congresso, celebrado em Pulacayo, temos uma hegemonia política do POR e, a partir da atuação de seus militantes, que exploraram muito bem o espírito de luta e mobilização que existia entre os operários mineiros para darem uma clara orientação revolucionária. No congresso, elaboram-se as célebres “Teses de Pulacayo”, que são uma síntese de um programa anticapitalista e socialista para a Bolívia, apontando a necessidade da mobilização operária para a conquista da nacionalização das minas sobre controle operário e a escala móvel de trabalho, entre outras reivindicações. As “Teses de Pulacayo” são um verdadeiro tratado político que, seguindo os princípios da “Revolução Permanente” de Trotsky, acusa que as diferentes fases da libertação da Bolívia e de seu povo necessariamente são fases de uma revolução operária socialista, rechaçando, assim, a tese estalinista da “Revolução por Etapas” ou a tese da “Revolução Nacional” apontada pelo MNR. As “Teses” tem os seguintes pontos como iniciais:

1. O proletariado, mesmo na Bolívia, constitui a classe social revolucionária por excelência. Os trabalhadores das minas, o setor mais avançado e combativo do proletariado nacional, definem o sentido da luta da FSTMB.
2. A Bolívia é um país capitalista atrasado. Na amálgama das mais diversas etapas da evolução econômica, predomina qualitativamente a exploração capitalista, e as outras formações econômico-sociais constituem herança de nosso passado histórico. Desta evidência provém o predomínio do proletariado na política nacional. (LÖWY, 2003, p.178)

Eis o momento em que precisamos abordar a postura de Juan Lechín, que, apesar de ser membro do MNR, utilizou-se das “Teses de Pulacayo” na sua atuação política. Para entendermos a trajetória de Juan Lechín, precisamos lembrar que ele passou por uma fase importantíssima ao perceber que o MNR passava por um momento de refluxo, e que, de fato, este não tinha um projeto político alternativo claro; decidindo, desta maneira, por uma aproximação com o POR. Por causa desta fase, Lechín foi chamado por alguns de trotskista. Durante o período de 1946-1952, temos um jogo político dentro do movimento operário que delimitaria o futuro da Bolívia como um todo. Em 1947, no Congresso Mineiro realizado em Colquiri, Juan Lechín foi um dos principais defensores da linha política das “Teses de Pulacayo”, ao defender as conquistas teóricas destas teses, Lechín e o setor mineiro do MNR começam o processo de apropriação de consignas do POR pelo MNR. Este processo transformou o MNR também em alternativa política para os operários mineiros, como este já o era originalmente para a classe média boliviana. Esta apropriação de pontos de uma política socialista revolucionária foi debatida e divulgada pelos setores operários do MNR de uma maneira em que o caráter transitório para o socialismo de medidas como a nacionalização das minas não existisse. Estes setores defendiam pontos das “Teses de Pulacayo”, deslocando-os de uma estratégia socialista.

Em 1951, ocorreram eleições presidenciais em um clima de extrema radicalização política. Sai vencedor das eleições o candidato do MNR, Paz Estenssoro, derrotando o candidato da direita oligárquica Gabriel Gosalvez. As Forças Armadas não aceitam o resultado e colocam na presidência o General Hugo Ballivián. O Golpe tem como justificativa o apoio dos militantes stalinistas à candidatura de Paz Estenssoro, que, neste momento, já tinham fundado o Partido Comunista Boliviano.

A radicalização política segue e, em 1952, existe uma conspiração para a realização de um golpe de estado que envolve o dirigente do MNR, Siles Zuazo, e o ministro do Governo Antonio Seleme. No dia 09 de abril de 1952, o golpe para colocar Paz de Estenssoro na presidência se desenvolve. O desenrolar dos fatos demonstraria o quanto estava radicalizada a situação política boliviana naquele momento. A maior parte das Forças Armadas se declara fiel ao Governo do Gal. Hugo Ballivián e reprime a tentativa de golpe. Neste momento, nas ruas de La Paz e dos principais centros operários mineiros da Bolívia, o processo assume o patamar de uma insurreição de massas. Os trabalhadores bolivianos protagonizam uma luta heróica e conseguem derrotar o exército, assumindo o controle político da Bolívia.

Durante este processo, é fundada em 17 de abril a Central Operária Boliviana (COB) que, por sua vez, passa a centralizar as ações do movimento operário sobretudo das milícias

operárias que derrotaram e destruíram o Exército Boliviano, que, na verdade, era o Exército das classes dominantes. Desde o primeiro momento da fundação da COB, Juan Lechín tem um papel de dirigente. Esta situação ajuda a desvendar, no jogo de xadrez da política, como o MNR era um partido sem um programa único. Ao mesmo tempo em que abrigava Siles Zuazo e Paz de Estenssoro, que apostaram na realização de um golpe militar para assumir o poder, o mesmo método político da direita oligárquica boliviana, este também era o partido de Juan Lechín, o dirigente operário mais conhecido do país. Uma definição importante é que estas contradições internas do MNR não atrapalharam o partido ao assumir o controle político da Bolívia, mas o ajudaram. Porém fizeram do governo de Paz de Estenssoro um governo contraditório, pois, ao passo que aplicava medidas como a nacionalização das minas e a reforma agrária como resultado das pressões da esquerda mobilizada nos movimentos sociais, abriu a Bolívia para a influência das empresas multinacionais e do governo dos EUA.

O capítulo que segue esta retomada da trajetória boliviana será a análise de como este processo político dos anos de 1951 a 1953 foi apresentado nos jornais o Correio do Povo e Diário de Notícias, ambos jornais editados em Porto Alegre.

2.2.1 O Processo Político Boliviano (1951-1953) no Correio do Povo e no Diário de Notícias

Um primeiro ponto, ao pautarmos uma abordagem do noticiário sobre a Bolívia nos jornais o Correio do Povo e no Diário de Notícias, é apontar que o noticiário internacional nestes dois jornais ocupava a capa do periódico. Podemos imaginar que as primeiras linhas lidas pelos leitores condiziam com a situação internacional, com isso podemos refletir sobre a força que as manchetes das notícias internacionais tinham para formar um contexto político para o público leitor dos jornais.

O início dos anos 1950 foi pautado internacionalmente pela consolidação de dois blocos políticos que dividiam o cenário internacional: de um lado os Estados Unidos, como vencedores da Segunda Guerra Mundial e detentores da hegemonia capitalista, e do outro, a União Soviética, que também saiu fortalecida da Guerra contra o nazismo, contando com novas forças de apoio, sobretudo, os países do Leste Europeu e a China, que se tornara socialista desde a vitória da Revolução em 1949. Esse período também assistiu ao fortalecimento de uma série de movimentos de cunho nacionalista que tinham diferentes

matizes, mas que, em geral, pautavam a necessidade de um desenvolvimento econômico mais amplo para as economias dos países da periferia capitalista. Na América Latina, podemos citar dois exemplos de governos nacionais que tinham este sentido: Getúlio Vargas no Brasil e Perón na Argentina. Como já foi discutido neste trabalho, no Brasil o Governo Vargas realizou uma política econômica nacionalista, que colocou um peso importante do Estado como agente interventor da economia. Neste ponto sofreu grande oposição da direita brasileira capitaneada pela UDN e reforçada pela maioria da grande imprensa do país. Um dos pontos que a imprensa levantou para realizar esta polêmica sobre o papel do Estado na economia foi traçar um paralelo entre as forças políticas nacionalistas e o comunismo: onde houvesse medidas ou propostas de cunho nacionalistas o comunismo parecia estar à espreita, para entrar em cena. Esses paralelos existiram na cobertura dos fatos bolivianos do período.

2.2.2 As Eleições Bolivianas de 1951 e a Subida ao Poder da Junta Militar

As eleições de 1951 para a presidência da Bolívia ocorreram em um cenário político de crescente fragilização do governo oligárquico, capitaneado naquele momento pelo presidente Mamerto Urriolagoitia, do PURS (Partido da União Republicana Socialista). As eleições foram marcadas pela crescente força da oposição liderada pelo MNR e fortalecida pela atuação do movimento operário que havia realizado uma forte greve geral em 1950. Esta greve sofreu uma dura repressão por parte do governo boliviano e o enfraqueceu, a ponto de que o candidato do MNR, Victor Paz Estenssoro, vencesse o pleito presidencial nas eleições de 1951, mesmo estando exilado em Buenos Aires, na Argentina, como descreve Everaldo de Oliveira Andrade em seu livro *A Revolução Boliviana*:

As eleições, como sempre, aferiram o posicionamento político de parcela extremamente limitada da população. Seus resultados demonstraram o avançado grau de corrosão do regime, mesmo entre os estratos médios e superiores da sociedade boliviana. Apesar do eleitorado estreito de pouco mais de 105 mil votantes em um universo preestabelecido de 211 mil eleitores em 1951 e uma população que superava os 3 milhões de habitantes, o MNR, com seu candidato a presidente Víctor Paz Estenssoro, conseguiu 54.049 votos contra 39.940 do PURS, 6.441 do Partido Liberal e 5.170 do PIR. Os grandes centros urbanos, como La Paz, Cochabamba, Oruro e Potosí, deram expressiva vitória ao MNR. (ANDRADE, 2007, p. 65)

Os jornais o Correio do Povo e o Diário de Noticias apresentaram notícias sobre as eleições que basicamente podemos dividir em dois momentos: o primeiro dava conta do processo eleitoral e da apuração dos votos, e o segundo momento noticiava os acontecimentos vinculados ao golpe de Estado que fez subir ao poder a Junta Militar, que desconsiderou as eleições e breou a subida ao poder do MNR. As notícias dos jornais eram produzidas por agências de notícias internacionais. O Correio do Povo tinha como fonte o trabalho da Agência Associated Press, e o Diário de Notícias veiculava as notícias da United Press.

Como exemplo do noticiário sobre as eleições bolivianas de 1951 podemos citar a matéria vinculada no Correio do Povo de 8 de Maio de 1951:

CONSIDERA-SE ELEITO À PRESIDÊNCIA DA BOLÍVIA O EXILADO PAZ ESTENSORO

La Paz (De Fred L. Strozier, da Associated Press) -

O candidato Paz de Estensoro está alcançando uma clara maioria sobre os seus cinco oponentes na luta pela presidência da Bolívia.

O candidato apoiado pelos comunistas está até agora com 47,5 % da votação. Os últimos totais, vindos do interior estão aumentando essa proporção a todo o instante. Caso o sr. Estensoro consiga sobrepassar a grande oposição do Gabinete, do Exército e da Polícia, e assumir o seu posto, terá de enfrentar uma franca hostilidade do Congresso. Os resultados vindos do interior parecem indicar que o MNR de fundo comunista terá assegurado no mínimo 6 lugares no Senado, onde não tomara assento nenhum membro deste partido nos últimos quatro anos.

Não obstante, o partido oficial o PURS já tem garantido doze assentos, e pelo visto, elegerá no mínimo três senadores mais, o que lhe dará uma clara maioria. Com 15 dos 27 lugares do Senado.

Na Câmara dos Deputados com um total de 112 a situação porém não é tão clara. Os primeiros resultados indicam que o MNR aumentará o número de seus assentos que atualmente são nove. Os observadores acreditam, porém, ser matematicamente impossível que chegue a alcançar a maioria absoluta porque não conseguirá eleger candidatos em todos os distritos. O partido oficial, o PURS, tem atualmente 56 representantes, exatamente a metade da representação total. 31 destes assentos não serão contestados na presente eleição e serão mantidos até 1953, é bastante provável pois que continue a controlar a balança do poder na Câmara.

A atitude geral é de aceitação da vitória de Paz de Estensoro. O matutino conservador "La Razon" escreveu: "Esperamos que as eleições constituam uma honra para o espírito democrático evidenciado durante a votação". Afirmou o jornal que as eleições decorreram ontem num clima de tranquilidade e respeito mutuo.

Página 04 – Continuação

Declarações de Estensoro no exílio

Buenos Aires, 7 (A. P.) – Vitor Paz Estensoro afirmou ontem à noite que os primeiros resultados, extra-oficiais da apuração da Bolívia, dando substancial vantagem para o Movimento Nacionalista Revolucionário "indicam a presença na Bolívia, de uma autentica força democrática e são o vereditum de um povo que se identifica com os homens e as idéias do Movimento Nacionalista Revolucionário".

Em sua declaração o líder do MNR, atualmente exilado na Argentina, declarou que esses resultados demonstram palpavelmente que “que já não se pode conter a marcha de um povo que adquiriu consciência de seu destino”, acrescentando que os bolivianos superaram todas as condições de fraude e violência.

Segundo as cifras de que disponho, o governo Urriolagoitia não pode evitar a derrota de seu candidato em todas as capitais da República, a começar por La Paz, que deu ao MNR a mais alta votação registrada na crônica eleitoral daquela cidade.

A matéria é bastante informativa e com o título “Considera-se eleito a presidência da Bolívia o exilado Paz Estensoro” dá uma idéia da dinâmica dos acontecimentos daquele maio de 1951 na Bolívia. Na matéria constam tanto os dados eleitorais da apuração, como, de uma forma sutil, a principal forma de apresentação da candidatura de Paz de Estensoro sendo “O candidato apoiado pelos comunistas”. Estas afirmações são recorrentes nas notícias tanto do Correio do Povo como também no Diário de Notícias. Também é importante observar a utilização de declarações diretas de Paz de Estensoro, colhidas na Argentina, demonstrando que o político acreditava na sua vitória naquele momento e refletia sobre a importância de sua vitória para a história boliviana com essas palavras: “que já não se pode conter a marcha de um povo que adquiriu consciência de seu destino”.

No dia 16 de maio de 1951, o Correio do Povo publicava uma matéria produzida pela Associated Press, que trazia as repercussões da vitória do MNR no jornal norte americano “The New York Times”. Nesta notícia Estensoro explica os planos gerais de seu futuro governo:

ESTENSORO ESPERA DESIGNADO PELO CONGRESSO

NOVA YORK, 15 (A.P.) – Segundo o “New York Times”, o Sr. Victor Paz Estensoro, líder boliviano exilado do Movimento Nacionalista Revolucionário – MNR – confia, conforme declarou confidencialmente àquele órgão em que o congresso o designará para presidente.

Muito embora o Sr. Paz Estensoro tenha derrotado, por larga margem, os seus adversários nas eleições presidenciais da Bolívia, não conseguiu maioria absoluta e, de acordo com a lei eleitoral do país, o Congresso se reunirá, então, em agosto a fim de escolher entre os três candidatos mais votados.

O correspondente do “New York Times” em Buenos Aires, Foster Hailey, enviou uma nota, dessa cidade, contendo o programa que o Sr. Paz pretende pôr em execução na sua gestão. Em primeiro lugar, será combatida a inflação. Após, iniciar-se-á uma campanha de educação em massa, entre os 3.500,00 mil habitantes do país, dos quais apenas 160.000 estavam em condições de se qualificar para a eleição. Serão reorganizadas as finanças e estabelecidas boas relações com os Estados Unidos e todos os países membros das Nações Unidas, cujos propósitos básicos apóia.

Em seu despacho, o correspondente Hailey dizia ainda que as acusações que lhe foram lançadas durante a campanha eleitoral de ser simpatizante do nazismo e, depois, de ser pró-comunistas e antiamericano são inverídicas. Ele é apenas pró-Bolívia e negou peremptoriamente que tivesse tendências anti-capitalistas, apenas deseja o reinvestimento dos benefícios auferidos com as próprias fontes naturais do país em proveito desse próprio país.

De acordo, ainda, com a notícia, o Sr, Victor Paz Estensoro afirmou que aceitaria a assistência técnica dos Estados Unidos, de acordo com o ponto 4 do programa de Truman, e que a sua pacífica nomeação para o posto de presidente assegurará o fluxo contínuo do estanho, vital para os Estados Unidos, e até mesmo o estimulará.

Prometeu, também, que não tomará represálias, caso seja confirmada a sua vitória, e lhe seja devolvido o cargo de presidente.” O tempo das ações sanguinolentas já passou – disse – o meu Partido era revolucionário apenas porque queria uma mudança e nacionalista porque a Bolívia nunca foi uma Nação e agora deve sê-lo.

A notícia acima citada demonstra que a imprensa estava a par do debate político do momento, e ajuda a esclarecer que, apesar da vitória eleitoral do candidato do MNR nas eleições, havia a possibilidade de que ele não assumisse, afinal, o regime político boliviano apresentava características frágeis. A própria Constituição do país previa que, se o candidato não obtivesse maioria absoluta dos votos, o Congresso nacional deveria escolher o presidente, respeitando ou não o desejo popular expresso nas urnas. O jornal também assinala os principais pontos políticos da campanha presidencial, que eram a realização de reformas básicas, como investimentos em educação e o uso dos recursos econômicos da mineração do estanho investidos no próprio país. Como se vê, esse programa apenas poderia ser considerado revolucionário em um país em que as conquistas democráticas ficaram circunscritas às classes dominantes, ou seja, a uma parcela ínfima da população. Outra questão a ser destacada na matéria acima é o desejo de Paz de Estensoro de manter relações próximas e cordiais com os EUA.

Os dias de maio de 1951 foram de intensos debates e reviravoltas políticas na Bolívia, que tiveram eco na imprensa brasileira. Os representantes da direita oligárquica sentiram a sua fragilidade e optaram por, a partir do exército, realizar mais um golpe de Estado na Bolívia. Vejamos como descreve estes acontecimentos o historiador Everaldo Andrade:

O fato de o MNR não ter obtido a maioria absoluta dos votos colocava, segundo a legislação eleitoral, a decisão final nas mãos dos parlamentares. A elite dominante, porém, não aceitou o risco de expor novamente suas fragilidades. Assim, Urriolagoitia foi afastado e o governo foi entregue a uma Junta Militar dirigida pelo general Hugo Ballivián, o que golpeava o resultado eleitoral. Imediatamente, o MNR, o POR e outros partidos opositoristas

foram postos na ilegalidade. Segundo a Junta Militar, tratava-se de defender a democracia contra os comunistas. (ANDRADE, 2007, p. 66)

O desenrolar dos fatos apontaram a fragilidade do regime político boliviano. A subida da Junta Militar foi apresentada publicamente como resultado da renúncia do presidente Urriolagoitia e como uma forma de preservar a Bolívia do “perigo comunista” representado pelo MNR. Com mais riqueza de detalhes, podemos ler a matéria publicada, um dia depois do golpe, no exemplar do Diário de Notícias de 17 de maio de 1951:

CONVOCAÇÃO DE NOVAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

Paz Estensoro representaria a revolução de massas apoiada pelos comunistas

LA PAZ, 16 (United) – O presidente Urriolagoitia demitiu-se, entregando o poder ao exército.

Em manifesto, publicado hoje pela manhã nesta capital, o presidente da República, Sr, Urriolagoitia, renunciou, voluntariamente, e entregou o poder ao exército.

Uma Junta Militar, presidida pelo general Hugo Ballivian, assumiu, temporariamente, o poder. A primeira medida da Junta foi decretar o estado de sítio, a fim de manter a ordem pública e a segurança na cidade.

O manifesto afirma que, diante da campanha de propaganda subversiva, mediante notícias graciosas e alarmantes destinadas a solapar a respeitabilidade do exército e levantar as massas, o exército, de acordo com todos os comandos regionais, resolveu assumir o poder a título temporário, depois da renúncia voluntária do presidente da república.

A CONSTITUIÇÃO DA JUNTA MILITAR

LA PAZ, 16 (United) – A Junta Militar ficou formada da seguinte maneira: presidente e ministro da Defesa, Hugo Ballivian; ministro das Relações Exteriores, coronel Tomas Antonio Suarez; ministro do governo, general Antonio Seleme; ministro da Fazenda, coronel Luiz Martínez; ministro da Economia, coronel Carlos Monteiro; ministro das Comunicações, general Donato Cardoso; ministro da Educação, coronel Carlos Ocampo; ministro do Trabalho, coronel Sergio Sanchez; ministro da Agricultura, coronel Facundo Moreno; ministro da Higiene, coronel Valentin Gomez.

O novo magistrado da Bolívia nasceu em 7 de julho de 1901, e aos quatorze anos ingressou no Colégio Militar. Entre os diversos cargos que ocupou encontram-se os de comandante da Região Militar de La Paz, diretor do Colégio Militar, adjunto das embaixadas de Washington, Madrid e ultimamente subsecretário do Ministro da Defesa. Ocupou cargo importante durante a guerra do Chaco contra o Paraguai.

A Junta decretou o estado de sítio, depois de ter tomado posse. O decreto faculta ao exército ordenar a mobilização parcial das reservas e dos cidadãos, proibindo que se realizem....

1 - O presidente Mamerto Urriolagoitia deixou voluntariamente o poder em mãos do exército, o qual assumiu a responsabilidade do governo.

2 – Não se trata de quartelada destinada a encobrir fraudes ou acobertar partidos.

NOVAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

LA PAZ, 16 (United) – Confirma-se, oficialmente, que a Junta Militar tomou posse do governo da Bolívia, depois de derrubar o governo do presidente Urriolagoitia, sendo seu primeiro ato anular as eleições presidenciais de seis do corrente.

A referida Junta Militar acrescentou que oportunamente convocará novas eleições presidenciais. Como fundamento dessa decisão foi dado o perigo comunista, apoiado pelos nacionalistas revolucionários do Sr. Paz Estensoro.

PAZ ESTENSORO ACUSA

BUENOS AIRES, 16 (United) – O dirigente do Movimento Revolucionário da Bolívia, Vitor Paz Estensoro, declarou que o ex-presidente Marmeto Urriolagoitia, havia entregue, ilegalmente, o poder à Junta Militar, para impedir que ele ocupasse a presidência daquela República.

Paz Estensoro, que está residindo nesta capital, desterrado de seu país, há cinco anos, disse que Urriolagoitia devia entregar o poder ao presidente do Congresso, de acordo com a Constituição boliviana. Acrescentou que a decisão da Junta Militar de anular as eleições de seis de maio coloca a camarilha militar fora da lei.

Paz Estensoro ficou em primeiro lugar em número de votos nas eleições presidenciais bolivianas de seis de maio, mas não conseguiu a maioria absoluta, que a Constituição estipula. Em extensa declaração escrita, Paz Estensoro disse:

“É um insulto a consciência continental procurar explicar o golpe do Estado Maior do Exército, dizendo que se procura restabelecer a ordem pública, quando os resultados das eleições assinalavam o único caminho a seguir.

Com metralhadoras e carros blindados, uns quantos cneres pretorianos não reconhecem a vontade do povo e chegam até a dizer que atuam em defesa da democracia”.

Paz Estensoro atacou particularmente o ex-presidente Urriolagoitia, dizendo: “Urriolagoitia desmascarou-se ao dizer que este golpe tinha por finalidade impedir que a camarilha de Villarroel voltasse ao poder. Unicamente sua conhecida falta de consciência podia fazê-lo esquecer que faz somente três dias que prometeu solenemente em La Paz que entregaria o governo ao cidadão eleito pelo voto popular.”

Disse literalmente o Sr. Paz Estensoro: “Mamorto Urriolagoitia, fugiu da Bolívia, consumando sua última violência. Não renuncia, deixando o poder em mãos do presidente do Congresso, como manda a Constituição, senão entrega o governo, como um presente, a um grupo militar, envolvido em todas as violências e especulações do partido oficialista PURS, frente ao cômputo dos votos obtidos pelo MNR, ao qual se deve somar a votação conseguida pelos demais partidos da oposição. O governo retira seus elementos civis derrotados e lança então de sua guarda pretoriana para anular a eleição presidencial. Tal atitude coloca a camarilha militar que pretende dominar a Bolívia fora da lei e representa uma afronta grosseira contra todos os compromissos continentais de adesão à democracia”.

Formada por elementos ilicitamente enriquecidos, durante o período de Urriolagoitia, como prêmio pela sua intervenção nas matanças coletivas, a nova Junta se constitui em poder tutelar, que julga os resultados eleitorais e os rejeita porque não combinam a política calculadamente criminosa do ex-presidente. Representa um insulto a consciência do continente pretender explicar esta quartelada do Estado Maior com pretextos de estabelecer a paz pública num momento em que os resultados das eleições assinalam o único caminho para encontrá-la.

(...) No momento em que a democracia oferecia a Bolívia uma solução honrosa e pacífica para os seus angustiosos problemas, a desqualificada

camarilha militar, que atua neste momento, será responsável pelo trágico período de anarquia política e social, com a inevitável e catastrófica baixa da produção, que haverá, com o cego afã da cobiça e da prepotência. O povo da Bolívia, sem distinção de classes, nem de partidos políticos, há de defender a democracia contra o fracasso dos usurpadores.”

Esta matéria apresenta um importante paradoxo. Embora o título seja “Convocação de novas eleições presidenciais”, o subtítulo “Paz Estensoro representaria a revolução de massas apoiada pelos comunistas” aponta melhor o que, de fato, o texto abordaria. A reportagem, que noticiava a subida ao poder da Junta Militar como resultado de um golpe de Estado que fez renunciar o presidente Urriolagoitia, tem como eixo explicar o porquê do não reconhecimento do resultado eleitoral. A explicação para isso seria a aliança entre os partidários do MNR e o Partido Comunista Boliviano, sendo este o perigo maior para a democracia do país. E apresenta ainda como manchete a promessa da Junta Militar de assumir a convocação de novas eleições, promessa descumprida posteriormente.

Apesar deste posicionamento do jornal, faz parte do texto declarações de Paz de Estensoro denunciando o golpe de estado e conclamando o povo boliviano a defender a democracia contra este golpe. Interessante notar que apenas nas declarações de Paz de Estensoro ocorre a denúncia da subida da Junta Militar ao poder como sendo um ato ilegal e que confrontava com a vontade democrática da população que se expressou nas eleições presidenciais. Na matéria podemos perceber que aparece tanto o ponto de vista dos militares – que reivindicavam ter subido ao poder depois da renúncia voluntária do presidente Urriolagoitia, como também a opinião contrária a esse golpe, nas palavras de Paz de Estensoro. Mas não podemos deixar de notar que a linha do jornal, através da matéria produzida pela agência de notícias United, é noticiar o fato a partir do pressuposto da renúncia do presidente e do golpe militar como sendo um gesto político preventivo contra uma possível revolução de massas na Bolívia. E a posição contrária ao golpe apenas aparece na matéria como a opinião de Paz de Estensoro.

O ponto de vista expresso nas matérias publicadas pelo Correio do Povo de 17 de maio de 1951 responde basicamente aos mesmos pressupostos da matéria comentada do Diário de Notícias. Evidencia-se uma posição na imprensa de apresentar o surgimento da Junta Militar na Bolívia como reflexo da renúncia do presidente Urriolagoitia, bem como de veicular o perigo que representava para os interesses internacionais um governo chefiado pelo MNR com apoio dos comunistas e da sombra do movimento operário boliviano. Após essas notícias, a Bolívia voltaria a ser tema do noticiário internacional nos jornais de Porto Alegre analisados apenas com os acontecimentos de Abril de 1952.

2.2.3 Revolução Boliviana

O mês de Abril de 1952 é um símbolo na história política boliviana porque ele começou com o governo da Junta Militar, mas acabou com a vitória de um novo governo liderado pelo MNR que assumiu o poder através de uma Revolução social.

O governo da Junta Militar só existiu devido ao descrédito da oligarquia dominante que não conseguiu vencer nas eleições as forças políticas e sociais que lutavam por mudanças na Bolívia. Setores militares e da direita oligárquica por medo de ruir seu regime político desconsideraram o resultado eleitoral que deu a vitória ao candidato do MNR, Vítor Paz de Estenssoro nas eleições de 1951. Com isso não apenas os problemas sociais e políticos que originavam péssimas condições de vida para o povo boliviano poderiam ser a base do discurso e da ação do MNR e do movimento operário, mas também a luta pela democracia transformou-se em mais uma bandeira de luta poderosa para a esquerda boliviana. Devido a esses fatores temos que analisar os acontecimentos revolucionários de abril de 1952 inseridos em um contexto mais amplo das disputas políticas e sociais bolivianas como descreve o historiador Everaldo Andrade:

Uma conjunção de fatores históricos e políticos deu aos primeiros meses de 1952 e imediatamente anteriores à revolução um conteúdo extremamente explosivo. O golpe de Estado tramado pelo MNR e por militares da própria junta de governo em 9 de abril não pode ser visto como o estopim de todo o processo revolucionário boliviano, mas como um incidente que fazia parte de longa cadeia ou processo de crescentes contradições da sociedade. (ANDRADE, 2007, p. 73)

A insurreição de massas que ocorreu entre os dias de 9 e 11 de abril de 1952 originou-se de um golpe de Estado orquestrado por setores do MNR e da própria Junta militar, com este fato podemos interpretar que o MNR ainda compartilhou o modo de fazer política tradicional na Bolívia de então, ou seja, organizou um golpe de Estado longe das organizações mais amplas do movimento operário e do povo boliviano para derrotar um governo militar que tinha subido ao poder também por um golpe de estado. Este golpe por força dos conflitos políticos e sociais que o envolveram transformou-se em uma verdadeira Revolução social com a atuação popular nas jornadas de luta dos dias 10 e 11 de Abril. Vejamos como esse processo foi noticiado nos jornais analisados neste trabalho. No dia 10 de Abril de 1952 o Diário de Notícias tinha na sua capa a seguinte matéria:

CONFLAGRADA TODA A BOLÍVIA: LUTA NAS RUAS DE LA PAZ
 A Revolução pretende depor a Junta de Governo presidida por Ballivian Santiago do Chile –9 (United) – Esta tarde , às 14 Horas a United Press recebeu telefonicamente de La Paz, Bolívia, o texto da proclamação do General Seleme, que diz:

“Ao assumir a chefia da revolução nacional, por mandato expresso do exército, carabineiros, ex-combatentes, vanguarda do Movimento Nacionalista Revolucionário, operários das fábricas, estradas de ferro, etc. Isto é, o mais nobre da nacionalidade, dirijo-me a todos os meus compatriotas nestas horas de grandes decisões para encaminhar a Revolução Nacional pelas sendas do respeito às instituições e pessoas. Esta não é uma Revolução destinada a satisfazer represálias, não é produto de pretensões de comando, é uma expressão do anelo do povo oprimido pela fome e miséria, ao qual governos anteriores não corresponderam.

Qualquer um compreende o momento crucial com que se confronta o país. Todos os bolivianos de verdade, sem ódios e paixões. Restabelecerão o império da Constituição, desfeita em 16 de maio de 1951, e com o amparo da Constituição voltaremos a ter fé nos nossos destinos e futuro da pátria.

Povo boliviano ousamos uma reflexão séria para que somando as nossas forças nos encaminhemos para o trabalho honrado, de sacrifícios pelo bem coletivo, para que desapareçam as camarilhas, consórcios e interesses criados, e para que a riqueza produzida pelo povo seja para o proveito do Povo; que o estado de tensão econômica desapareça ao influxo de um melhor governo que surja pela vontade e pela soberania popular”

PARA A DEPOSIÇÃO DO GOVERNO IMPLANTADO EM 16 DE MAIO DE 1951

La Paz, 9 (De Luís Zavala, correspondente da United Press) – O partido Movimento Nacionalista Revolucionário depôs a Junta Militar do governo da Bolívia, após breve revolução, em que o regimento Lanza depôs as armas, depois de oferecer fraca resistência. Ignora-se todavia se houve baixas durante os tiroteios de escassa duração nas ruas desta Capital.(...)

Na matéria podemos perceber que os acontecimentos ao contrário de ser apresentados como parte de um golpe de Estado é apresentado como uma “Revolução Nacional”, inclusive com a publicação de uma proclamação do general Seleme, que foi o articulador militar deste golpe juntamente com a decisiva participação do dirigente do MNR, Siles Zuazo. Existe aqui uma discussão teórica importante, os jornais apontam a perspectiva de que o conceito de Revolução tem um significado que pode ser percebido como a ação da tomada violenta do poder do Estado, assim, o que ocorreu na Bolívia em 1952 não era inédito para a história política daquele país, já que golpes de Estado eram quase um costume político da direita conservadora boliviana. Os jornais não apontam o conceito de Revolução como um processo histórico de subversão da ordem, para o estabelecimento de um novo panorama político, econômico e social, mas sim como método político radicalizado utilizado por este ou aquele

partido. A revolução se torna assim não em um processo de transformação radical das estruturas sociais, políticas e econômicas em que as classes sociais e seus agentes políticos disputam os rumos da sociedade, onde a política não fica apenas sob a responsabilidade de políticos tradicionais, mas sim de camadas mais amplas da sociedade. O tratamento dado sobre o conceito de Revolução nos jornais analisados tanto o Correio do Povo, bem como Diário de Notícias é semelhante, sobretudo nas notícias analisadas sobre o processo revolucionário boliviano.

O golpe de Estado organizado pelo MNR e por setores do governo da Junta Militar no dia 09 de abril deu expectativas de que a vitória seria fácil, mas no dia 10 de abril houve uma forte reação por parte das forças militares féis a Junta Militar e o conflito estabeleceu-se rua a rua na cidade de La Paz, vejamos como foi noticiado pela edição do Correio do Povo de 11 de Abril de 1952 estes acontecimentos que ajudaram a configurar os acontecimentos de Abril de 1952 como um processo político de mobilização de massas.:

LA PAZ TEATRO DE VIGOROSA REAÇÃO LEGALISTA CONTRA OS REBELDES, INICIALMENTE VITORIOSOS

Buenos Aires, 10, (A. P.) – Estão cortadas todas as comunicações com a Bolívia de forma que tudo que se tem conseguido obter a respeito ali é por meio de vias indiretas. Dessa maneira, ainda não há clareza quanto ao resultado da luta entre rebeldes e legalistas, pois os informes são contraditórios, cada uma das partes alegando já que está vitoriosa.

A embaixada boliviana em Buenos Aires informou que recebeu notícias através de fontes oficiais chilenas de que as forças do governo, embora lentamente, estão dominando os rebeldes. Telegramas de Arica, no Chile, a 320Km de La Paz, dizem que a luta ainda continua de forma violenta mas que as forças leais ao governo, sob o comando do Chefe de Estado major general Humberto Torres Ortiz, estão aniquilando os revolucionários.

Por sua vez, as últimas notícias vindas de La Paz, na noite passada, revelaram que no mínimo dezoito pessoas foram mortas e sessenta ficaram feridas na luta que começou ao amanhecer. Os rebeldes, apoiadores de Vitor Paz Estensoro, líder do Movimento Nacionalista Revolucionário que se encontra exilado em Buenos Aires, pareciam ter dominado a situação mas repentinamente tiveram que enfrentar uma decidida oposição das forças leais.

O presidente da Junta Militar, general Hugo Ballivián parece ter procurado refugio com sua guarnição legal, em “El Alto”, base aeromilitar. A situação dos rebeldes que já tinha anunciado a queda do regime militar sem derramamento de sangue piorou quando chegaram unidades do governo de partes distantes do país.

(...) O exército ainda domina a guarnição de Miraflores. Os rebeldes, entre os quais contam-se alguns oficiais do Exército e da Polícia, ainda sustentavam, ontem à noite, o bairro proletário de Villa Victória contra o qual investiram as forças legalistas. Também tinham em seu poder a rádio Illimani. Na cidade ouve-se ainda o explodir de projeteis. Informa-se que os rebeldes estavam cedendo em vários pontos e que o Exército recuperava seu domínio. O apelo, transmitido pelo radio, para adesão dos operários e dos

estudantes, não encontrou eco. Os habitantes de La Paz permanecem em suas casas, com as portas e janelas cerradas. As ruas estão abandonadas. Há apenas movimentos de tropas e de caminhões militares...

No dia 10 de abril de 1952 diante de uma contra ofensiva do exército, em sua maioria fiel a Junta Militar, pegou o povo de La Paz comemorando a vitória do MNR, neste dia ocorreu uma transformação dentro do processo político. O povo e o movimento operário transformaram as concentrações populares, que em um primeiro momento eram de comemoração em organização de combate contra as forças militares. A luta toma conta da cidade de La Paz, e como demonstra a notícia acima, não se sabia quem estava em vantagem naquele momento. Outra coisa que podemos perceber na matéria acima é que naqueles anos não existia uma estrutura de comunicações que possibilitassem a imprensa internacional ter acesso aos acontecimentos bolivianos, por isso a matéria é bastante desencontrada de informações, mas de certa forma mostra a instabilidade política que reinou naquela situação. Porque naqueles dias segundo Everaldo Andrade:

O movimento revolucionário de massas adquiriu dinâmica própria, acima das organizações políticas e sindicais tradicionais. Nessa noite Siles Zuazo desapareceu e se escondeu na periferia da cidade. Nos dias 10 e 11 La Paz estaria sob o comando coletivo de milhares de homens e mulheres anônimos, revolucionários, invencíveis pelos regimentos mais equipados e preparados do Exército boliviano. Era a experiência de pelo menos duas décadas que se condensava na ação coletiva decisiva nas ruas e nos becos de La Paz e em outras cidades do país. (ANDRADE, 2007, p. 77)

Um dos fatores que ajudaram na vitória da Revolução foi a entrada em cena do movimento operário mineiro. Os mineiros atacaram a retaguarda dos regimentos do exército que reprimiam a insurreição em La Paz, este grupo era oriundo sobretudo da mina de Milluni e, depois de capturar um trem de munições, lançaram um ataque à base de El Alto. O Exército ficou isolado porque ao mesmo tempo, deste ataque, os conflitos de rua ainda permaneciam acontecendo e o movimento de massas rumou hora após hora para a sua vitória. Na cidade de Oruro, centro mineiro importante, as forças revolucionárias também venceram os conflitos e assim a derrota da Junta Militar foi construída como foi noticiado na edição do Correio do Povo de 13 de Abril de 1952:

HERNAN SILES, LÍDER DA REVOLUÇÃO NA BOLÍVIA, ANUNCIOU A QUEDA DA JUNTA MILITAR DO GOVERNO

(...)Estensoro voltará em breve

LA PAZ, 12 (A. P.) – Informaram os rebeldes de que sua revolta, irrompida há três dias com o fim de depor a Junta Militar que capturara o poder há 11 meses, alcançou pleno êxito e anunciavam ao mesmo tempo que o mais popular político boliviano – Vitor Paz Estensoro – Retornará dentro em breve do exílio para chefiar o novo governo. Hernan Siles, o líder civil dos rebeldes, que agora controlam a capital e a maior parte do país declarou à multidão, na Plaza Murillo, que ficará no poder até que Paz Estensoro, líder do Movimento Nacionalista Revolucionário, possa voltar de Buenos Aires, para formar o novo gabinete. O líder exilado está sendo aguardado segunda-feira da capital argentina, onde se encontra desde 1946. Uma notícia recebida em Arica, no Chile, cita fontes não reveladas como tendo informado que será realizada uma eleição na Bolívia, dentro de cinco meses. Enquanto isso, ignora-se a sorte do general Hugo Ballivián, chefe da Junta Militar, bem como dos demais membros do gabinete deposto. (...)

Numa leitura atenta às linhas do Correio do Povo, podemos perceber que esta matéria, dedicada ao noticiário da vitória da Revolução na Bolívia, está centrada na atuação do MNR. Desta feita, existe uma abordagem por parte dos jornais aqui analisados em que não aparece a atuação popular, sobretudo do movimento operário, uma vez que as descrições dos acontecimentos são centradas nas figuras dirigentes, sobretudo do MNR. Neste sentido, os jornais pesquisados não ajudam a compreender o processo de mobilização social que marcou o abril de 1952, na Bolívia. Devido a esse enfoque dos acontecimentos, o público leitor é brindado com uma espécie de silêncio diante da participação popular, assim fica mais difícil a compreensão dos problemas bolivianos do período. Um exemplo deste fenômeno é a questão das milícias populares, formadas durante as jornadas de luta, que são apresentadas como um problema do governo do MNR, sem uma explicação mais completa, no texto veiculado pelo Correio do Povo do dia 20 de abril de 1952:

PAZ ESTENSORO PROCURA RESOLVER O GRAVE PROBLEMA DO DESARMAMENTO DOS MILICIANOS QUE ATUARAM NA REVOLUÇÃO

LA PAZ, 19 (De Roman Jimenez, da Associated Press) – O novo regime estabelecido na Bolívia, sob a direção do sr. Victor Paz Estensoro, entrou em sua segunda semana, tendo pela frente numerosos problemas a resolver. Um dos primeiros assuntos a serem enfrentados, segundo parece, é o relativo ao desarmamento de cerca de dez mil milicianos que tomaram parte na luta para derrubar a Junta Militar. Numerosos deles estão sendo incorporados à polícia civil, enquanto que o governo planeja a melhor forma de desarmar os que não puderem ser aproveitados, a fim de evitar novos atos de violência.

Muito embora tenha o governo prometido liberdade de imprensa, o jornal “La Razon” não pôde circular, por ter sido atacado pelos revolucionários. Trata-se de um órgão contrário a Paz Estensoro e é dirigido pelo seu proprietário. Victor Carlos Aramayo, um dos donos das minas de estanho da Bolívia. O ataque à redação e oficina do jornal não pôde desenvolver-se em virtude da intervenção de forças armadas do governo.

Enquanto isso, o Ministério do Interior publicou a lista dos nomes de vinte pessoas que se homisaram nas embaixadas estrangeiras, tendo prometido liberdade para todas no sentido de deixarem o território boliviano. A lista é encabeçada pelo general Ballivian, presidente da Junta Militar. O governo ainda informou que não há prisioneiros civis ou militares. O último grupo de prisioneiros foi libertado ontem.

Ao estudarmos a Revolução boliviana, um tema relevante é o surgimento, durante os dias de abril de 1952, de milícias operárias e populares que lutaram contra o exército fiel à oligarquia boliviana. Foi o armamento do povo revolucionário que possibilitou, nos combates em La Paz e nas principais cidades bolivianas, a vitória e a decorrente desorganização do exército oficial do país. O governo de Paz de Estenssoro começou com as milícias populares sendo responsáveis pela segurança do próprio governo, de modo que as milícias foram decorrência e um fator decisivo para o desenlace dos combates de Abril de 1952. Em contrapartida, podemos depreender, no texto noticiado em 20 de abril daquele ano, é que o periódico porto-alegrense partiu do pressuposto de que as milícias deveriam ser extintas, ou seja, que o governo do MNR não poderia conviver com que este tipo de organização militar.

De fato, o poder que os movimentos sociais bolivianos construíram em Abril de 1952 tinha nos milicianos os seus maiores alicerces, tanto é que, como parte do desafio de organizar os trabalhadores em armas, foi fundada a Central Operária Boliviana (COB) em 17 de Abril de 1952. A COB surgiu a partir da atuação de dirigentes sindicais do movimento operário mineiro e se consolidou como uma frente política da esquerda operária boliviana, o POR e a ala esquerda do MNR, dirigida pelo dirigente mineiro Juan Lechín. foram as principais forças políticas da central. Com a COB as reivindicações políticas dos trabalhadores ganharam peso na nova realidade boliviana pós-jornadas de abril de 1952, assim como, a proposta de nacionalização das minas e da realização de uma reforma agrária passaram a fazer parte da agenda política do governo do MNR por pressão do movimento da COB. É inegável o descompasso entre a importância do dado histórico representado pela COB e a eloqüente ausência do tema no material publicado pelos periódicos estudados, pois tanto no Correio do Povo como no Diário de Notícias, não aparecem referências diretas ao surgimento da Central Operária Boliviana.

2.2.4 A Nacionalização das Minas

Depois dos acontecimentos revolucionários de abril de 1952, o tema da nacionalização das minas de estanho ocupou as páginas dos jornais de Porto Alegre analisados neste trabalho. A nacionalização das minas de estanho foi um tema recorrente nas discussões bolivianas do movimento operário mineiro, mas, depois da insurreição de massas de abril de 1952, passou a fazer parte da agenda política do governo boliviano e também das empresas que poderiam ser nacionalizadas. A nacionalização das minas de estanho foi a principal bandeira que a COB assumiu depois de sua fundação e, como parte da ação do movimento operário, esta bandeira assumiu uma dinâmica de luta ofensiva com manifestações massivas e exigências para que o governo de Estenssoro aplicasse tal medida. Mas o MNR não tinha em seu programa a questão da nacionalização das minas sem indenização aos proprietários, muito menos a proposta da COB de que as minas deveriam ser geridas pelos próprios operários mineiros. O governo do MNR assumiu uma postura de ganhar tempo para poder negociar e, assim, formular um projeto de nacionalização, de modo que, para isso, foi formada em maio de 1952 uma comissão do governo para estudar a questão da nacionalização das minas. No dia 10 de outubro de 1952, o Diário de Notícias publicou uma matéria sobre o assunto:

NACIONALIZAÇÃO DAS MINAS BOLIVIANAS POR INGERÊNCIA NA POLÍTICA DO PAÍS

LA PAZ, 9 (United) – A Comissão designada pelo governo para estudar a nacionalização das minas de estanho, aconselhou a nacionalização das minas Patino, Aramayo e Hochschild, mediante expropriação, segundo as leis vigentes. A comissão presidida por Manuel Burrau, forneceu seu parecer para o presidente Vitor Paz Estenssoro, acusando aquelas empresas mineiras, entre outras de intervir na política nacional, procurando inclusive derrubar os governos que lhes não eram favoráveis.

Entrevistado pela UP, Burrau declinou de dizer a quanto montará a soma que corresponderá pela expropriação de cada uma das empresas. “Só o presidente pode resolver este detalhe acrescentou, adiantando ainda que, na Bolívia jamais se fizera trabalho tão completo como o estudo dessa comissão.” Agora basta ao governo seguir pelo caminho que julgar mais conveniente”.

Na parte propriamente dita do relatório, diz-se que as grandes empresas de mineração na Bolívia estabeleceram uma tremenda hegemonia econômica, oferecendo resistência sistemática ao regime impositivo. O relatório culpa as empresas pelo aviltamento à moeda boliviana, subordinando praticamente a economia boliviana à economia mineira. Afirma o relatório ainda que a exploração das minas está sendo feita de maneira anti-razional, opondo-se ainda sistematicamente ao estabelecimento de fundições. Nos centros mineiros a política das empresas efetua uma política anti-social. Dedicou ainda longo estudo os períodos que as referidas empresas intervieram na política interna boliviana, derrubando ou ajudando a derrubar governos que lhes eram desfavoráveis. Mais adiante, o relatório recomenda a expropriação das referidas minas, apontando ainda os caminhos legais mais convenientes, o justo preço e a maneira de pagar as indenizações. Acentua que as empresas são bolivianas, estando, portanto, sujeitas às leis

bolivianas. Terminou assinalando uma série de conclusões e apresenta finalmente um anteprojeto de lei para a nacionalização das minas.

90% A FAVOR

NOVA YORK, 9 (United) – Justo Rojas, novo embaixador boliviano na Grã-Bretanha, disse em trânsito por esta cidade: “Noventa por cento do povo boliviano é a favor da nacionalização das minas de estanho; até membros do governo anterior estão convencidos da alta conveniência da política de nacionalização”. Manifestou que o governo boliviano deseja manter “as mesmas condições de funcionamento que antes da nacionalização” e “Oxalá melhorem as condições dos trabalhadores”. Observou que a nacionalização não representa nenhum aumento no preço do estanho”.

Nesta matéria é peculiar que o central foi apresentar o resultado das discussões da comissão governamental designada para estudar a implementação da nacionalização das minas de estanho. O texto apresenta os argumentos do representante do governo boliviano Manuel Burraru sem existir, porém, um contraponto a esta opinião. Os argumentos da comissão são, na verdade, denúncias do papel histórico que as grandes empresas mineiras tiveram no passado boliviano. Outra questão relevante foi a declaração do embaixador boliviano na Grã-Bretanha, que salientou que a nacionalização das minas tinham o apoio de 90% da população boliviana e que também tranqüilizou os investidores estrangeiros, dizendo que não haveria mudança no preço do estanho.

Em 2 de outubro de 1952, foi criada a Corporación Minera de Bolívia (Comibol) com a finalidade de administrar os negócios referentes aos minérios. O decreto da nacionalização das minas foi assinado no dia 31 de outubro de 1952, assim a Comibol assumiu a posse de 163 minas, em que trabalhavam ao todo 29 mil trabalhadores. Mas por outro lado, as grandes empresas mineradoras foram indenizadas pelo valor fixado de US\$ 27 milhões. O decreto representou o fim de um impasse em que os setores moderados do MNR saíram fortalecidos porque na mineração seguiu existindo setores privados e os operários não conquistaram o controle da produção nas minas nacionalizadas.

2.2.5 A Reforma Agrária

A assinatura do decreto de reforma agrária em agosto de 1953 por parte do governo boliviano, liderado por Paz de Estenssoro, foi o último acontecimento que envolveu este país, entre os anos 1951 a 1953, que foi analisado neste trabalho a partir do noticiário publicado nos jornais de Porto Alegre, o Correio do Povo e o Diário de Notícias.

A implementação da reforma agrária na Bolívia foi resultado do fortalecimento do movimento camponês, que, aliado ao movimento operário da COB, realizou uma série de

mobilizações durante o ano de 1952, mas sobretudo em 1953. Neste ano ocorreu o fortalecimento dos sindicatos camponeses e também das mobilizações nas áreas rurais exigindo mudanças na estrutura fundiária do país. Por fim foi formada uma comissão governamental que redigiu o decreto sobre a reforma agrária assinado no dia 2 de agosto de 1953. Vejamos a repercussão da assinatura do decreto de lei da reforma agrária por parte do governo boliviano na edição do Correio do Povo de 04 de agosto de 1953:

VÁRIOS MINISTROS E O PRESIDENTE ESTENSORO DA BOLÍVIA ATINGIDOS PELA REFORMA AGRÁRIA

(...) ASPECTOS PRINCIPAIS DO DECRETO ASSINADO

LA PAZ, 3 (A. P.) – O presidente Víctor Paz Estensoro assinou em Ucurena, a 3 quilômetros da cidade de Cochabamba, o decreto de reforma agrária estabelecendo que “o solo, o sub-solo e águas do território da República pertencem por direito próprio à nação boliviana”. Tal decreto, que foi expedido com “dependência da aprovação legislativa”, foi assinado na presença de 150.000 camponeses, depois que a multidão entoou o Hino Boliviano. Um membro da comissão que estudou a reforma leu o texto do decreto e os dirigentes dos camponeses falaram ao povo em Quechua e em Aimara, explicando os alcances da medida, que interessa dois milhões e meio de camponeses.

Paz de Estensoro e os membros de seu gabinete transportaram-se de avião para Acurena, voltando à tarde para La Paz, a fim de assistirem a uma concentração de mineiros e camponeses reunidos no Estádio Nacional, os quais desde ontem percorriam as ruas da cidade, em sua grande maioria portando armas.

O decreto, depois de seu enunciado de nacionalização do solo, sub-solo e águas bolivianas, indica que a pequena propriedade na qual trabalha o camponês e sua família, com superfícies desde 3 hectares na zona vinícola até 80 hectares no Chaco, será respeitada, bem como a propriedade mediana, que vai de 24 hectares nos vales até 600 na região subtropical; as comunidades indígenas; as propriedades agrárias de cooperativas e as empresas agrícolas com maior inversão de capital e exploração mecanizada. No artigo 12 lê-se que “o Estado não reconhece o latifúndio” (grande propriedade). Expressa ainda que as parcelas cujo o uso os atuais proprietários estão permitindo aos colonos índios passam a ser propriedade destes últimos e dispõe ainda que as terras usurpadas às comunidades indígenas desde janeiro de 1900 voltem ao poder das comunidades.

A primeira grande propriedade afetada pelos novos dispositivos pertencem a família do ex-presidente da República Ismael Montes. O decreto dispõe também que “passam a ser de domínio público todos os seringais e castanheiros” que se cultivam no oriente boliviano, os quais serão entregues aos trabalhadores que neles empregam suas atividades. Declara também que “todo boliviano maior de 18 anos, sem distinção de sexo será dotado de terra onde estas existam disponíveis, de acordo com os planos do governo”, acrescentando que da mesma forma serão beneficiados os estrangeiros que cumpram os dispositivos vigentes sobre imigração e colonização. Todo trabalhador do altiplano e dos vales tem direito a solicitar 50 hectares no oriente, comprometendo-se a começar a trabalhar estas terras antes de dois anos. Fica também criado um “Serviço Nacional de Reforma Agrária”, de natureza permanente.

Tal matéria apresenta de maneira informativa alguns aspectos legais do decreto de reforma agrária boliviana referentes à aplicação concreta desta medida. Assim como, de maneira indireta, fica claro que a implementação da reforma agrária fazia parte de um rol de medidas que mobilizaram o povo boliviano; tanto é que o ato de assinatura do decreto foi assistido por 150.000 camponeses em Ucurena e, no mesmo dia, houve mobilizações de camponeses e trabalhadores em La Paz. A reforma agrária, apesar de ser uma importante medida, não mudou radicalmente as condições de vida da maioria dos camponeses, mas fez o governo do MNR ganhar estabilidade política através da conquista e da cooptação de setores camponeses que foram beneficiados pela reforma agrária.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este tipo de trabalho historiográfico que busca interpelar a imprensa como fonte histórica deve ser tratado com um forte rigor crítico. O pesquisador certamente leva para o seu trabalho uma série de indagações e uma concepção teórica conformadas no presente. Por isso, é importante ressaltar que busquei nesta pesquisa analisar como os jornais de Porto Alegre, tendo como objetos de análise o Correio do Povo e o Diário de Notícias, abordaram os acontecimentos políticos bolivianos desencadeados através do processo revolucionário daquele país no início dos anos 1950 de uma forma que fosse questionada a pretensa imparcialidade da grande imprensa, bem como buscando inferir como foi retratado nas páginas dos jornais os atores sociais e as disputas políticas do período, isso como resultado de reflexões teóricas formuladas no presente.

Os jornais analisados faziam parte da grande imprensa brasileira que, nos anos 1950, se conformavam como verdadeiras empresas jornalísticas, por isso apresentavam jornais que, além de informar e emitir opiniões, deveriam ser negócios rentáveis. Isso ocasionou uma pretensão de imparcialidade para o noticiário do jornal. Dizemos que é apenas uma pretensão, porque tanto o Correio do Povo como o Diário de Notícias fizeram parte do coro da imprensa brasileira que criticou os rumos traçados pelo nacionalismo do segundo governo de Getúlio Vargas. Este posicionamento político também se expressou no noticiário internacional que, no início dos anos 1950, foi marcado pela conformação dos conflitos políticos e ideológicos da Guerra Fria. A imprensa analisada buscou traçar paralelos entre as propostas nacionalistas e a cruzada ideológica contra o comunismo que marcou a sociedade ocidental.

Os jornais analisados entre os anos de 1951 a 1953 abordaram temas bolivianos sobretudo em referência aos grandes acontecimentos políticos daquele país. As matérias apareciam na capa dos jornais conforme ocorreram: as eleições presidenciais de 1951 e o subsequente golpe de Estado em que assumiu o poder a Junta Militar, os acontecimentos revolucionários de abril de 1952 que levaram ao poder o presidente Paz de Estenssoro, a nacionalização das minas de estanho e o decreto de reforma agrária de agosto de 1953.

Os noticiários dos jornais analisados buscaram ser informativos. Tendo em vista as notícias serem produzidas por agências internacionais, existiu uma certa uniformidade na forma como foi abordado o tema do processo político boliviano em ambos os jornais. Porém, apesar desta busca pela objetividade das notícias, isto não quer dizer que os jornais conseguiram a sua pretendida imparcialidade. Eles apresentaram, durante o noticiário do período das eleições de 1951, como característica fundamental do Movimento Nacionalista

Revolucionário (MNR) sua aliança com o Partido Comunista Boliviano. Desta forma, apresentaram o MNR como o principal risco do regime boliviano, pois os comunistas mundialmente representavam um grande risco para a estabilidade capitalista ocidental. Assim, o golpe de estado de 1951 pareceu um mal menor diante da ameaça do nacionalismo do MNR. Nas notícias sobre os acontecimentos revolucionários de Abril de 1952, existe uma abordagem que centra o foco na atuação do MNR, ou seja, não aparecendo de forma clara o processo de mobilização e organização popular, que, por sua vez, tinha um forte exemplo na fundação da Central Operária Boliviana. Eis que esta central operária não foi sequer mencionada nos periódicos analisados, embora tenha mostrado seu valor e sua importância no processo político que se desenvolveu em torno da nacionalização das minas e da reforma agrária.

Quando a utilização dos jornais como fonte histórica é combinada com reflexões teóricas, podemos acompanhar os acontecimentos de um determinado processo histórico e, principalmente, como a sociedade em que o jornal foi produzido percebia o seu presente. No presente trabalho, contrapondo a leitura dos periódicos analisados com a pesquisa sobre o processo histórico boliviano daqueles anos cinquenta, percebemos que os temas da realidade boliviana não eram apresentados regularmente nos jornais analisados, mas sim em momentos cruciais da vida política daquele país. Isso produziu uma visão superficial dos acontecimentos daquele país nos anos 1950, o que certamente ajudou no esquecimento da Revolução Boliviana por parte dos brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A Revolução Boliviana*. São Paulo: UNESP, 2007.

CAPELATO, Maria Helena. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPELATO, Maria Helena. PRADO, Maria Ligia. *O bravo matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion. BRIGNOLI, Hector Pérez. *História Econômica da América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CASANOVA, Pablo González. *História Contemporânea da América Latina: imperialismo e libertação*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1987.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COSTA NETO, Canrobert. *Políticas agrárias na Bolívia (1952-1979): reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ELMIR, Cláudio Pereira. *As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica*. In: Cadernos de Estudo n°13. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 1995.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

FERNANDES, Florestan. *O que é revolução*. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984.

FILHO, Omar de Barros. *Bolívia: Vocação e Destino*. São Paulo: Versus, 1980.

FRAGA, Gerson Wasen. *Branco e Vermelho: A Guerra Civil Espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936-1939)*. Porto Alegre: UFRGS- Disserta o de Mestrado, 2004.

GISBERT, Carlos D. Mesa. *Breve Historia de Nuestro . Disponível em <<http://www.bolivia.gov.bo/BOLIVIA/paginas/historia6.htm>>*. Acesso em 02 de junho de 2008.

IANNI, Octavio. *Classe e Na o*. Petrópolis: Vozes, 1986.

JUSTO, Lib rio. *Bolívia: La Revolución Derrotada*. Buenos Aires: Juarez Editor, 1971.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes Históricas*. 2a ed. São Paulo: Contexto, 2006, v. 1, p. 111-153.

L WY, Michael (Org). *O Marxismo na América Latina*. São Paulo: Editora Funda o Perseu Abramo, 2003.

MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina de. (Org) *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Introdução. GORENDER, Jacob. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MERCADO, René Zavaleta. Considerações gerais sobre a história da Bolívia (1932-1971). In: CASANOVA, Pablo González. (Org.) *América Latina: História de Meio Século*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1988.

MIRES, Fernando. *La Rebelion Permanente: Las revoluciones sociales em América Latina*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1988.

REINAGA, Fausto. *Tierra y Libertad: La Revolucion Nacional y El Indio*. La Paz: Ediciones Rumbo Sindical, 1953.

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

SODRÉ, Néson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

WASSERMAN, Claudia. *Bolívia: História e Identidade. Uma abordagem sobre a Cultura e a Sociedade contemporâneas*. In: ARAUJO, Heloísa Vilhena de (Org.) *Os Países da Comunidade Andina*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2004.